

ESPAÇO FÍSICO ESCOLAR E DESENVOLVIMENTO INFANTIL: ENSAIO SOBRE A QUALIDADE DO ATENDIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM PARANAIBA/MS

Rita de Cássia SOUZA¹
Lucélia Tavares GUIMARÃES²

RESUMO

Educação infantil é uma temática ampla que vem sendo constantemente debatida nos âmbitos científicos educacionais. Dentre estas discussões, um aspecto que vem apresentando contrapontos a serem observados e discutidos é a relação do ambiente das instituições de educação infantil com a aprendizagem da criança de zero a seis anos. Assim, esta pesquisa apresenta uma discussão sobre a influência do espaço físico como elemento fundamental na aprendizagem da criança nos Centros de Educação Infantil - CEINF, bem como sua organização de modo favorecedor e o papel do educador nos espaços oferecidos à criança. Portanto, este trabalho teve como objetivo analisar como o espaço físico vem sendo percebido pelos educadores e como estes organizam os espaços disponíveis para a promoção do desenvolvimento pleno da criança. Mediante isso, o trabalho está pautado nos teóricos Vigostki (2004) e Rizzo (2006) e, a pesquisa de campo ocorreu por meio de questionário semi-estruturado baseado nos Indicadores de Qualidade de Educação Infantil. Os resultados obtidos foram à evidente relação do ambiente na promoção do desenvolvimento pleno da criança e nas práticas pedagógicas. No entanto, os ambientes do CEINF pesquisado não foram considerados adequados, apesar dos educadores organizarem de forma a favorecer o desenvolvimento das capacidades das crianças.

Palavras-chave: Organização espacial. Aprendizagem. Educação infantil.

1 INTRODUÇÃO

A temática da infância tem sido debatida em diversos espaços de produção e conhecimento científico, em decorrência não só dos avanços ocorridos no campo normativo, aqui tratando das políticas voltadas para o atendimento educacional à infância, mas também pela forma como essas políticas vêm sendo colocadas em prática.

As unidades de educação infantil necessitam de um projeto político pedagógico que foque as necessidades da criança tais como ambiente adequado, material, equipe de profissionais capacitados, etc., assim, podemos dizer que o atendimento à criança envolve não apenas aspectos internos à escola, mas questões sociais, políticas, econômicas e culturais.

Diante disso, verifica-se uma progressão política nos anos de 1988 até 2005 que fundamenta e garante com legislações os direitos das crianças diante das oscilações da sociedade. Partiu-se do entendimento de que, se uma sociedade reconhece a criança como indivíduo frágil, vulnerável, incapaz, etc., necessita de leis que as amparem. No Brasil,

¹Discente do curso de Pós-Graduação em Educação na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba, ssr.illen@gmail.com

²Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará (2002) e Mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005) e doutorado em educação: currículo pela PUCSP (2010). Atualmente Coordenadora do Curso de Pedagogia. Conselheira do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, luguimaraes@uems.br

podemos verificar essa progressão a partir de 1988, conforme Brasil (2007) temos: em 1988 A Constituição da República Federativa do Brasil; art. 208 inciso IV. Em 1990, marcado pela elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, lei nº8069/90, em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei nº9394/96, em 1998, criação do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), em 2004, das Políticas Nacionais de Educação Infantil, pelos direitos das crianças de zero a seis anos e ainda dos Padrões de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil.

Na preocupação de contemplar as necessidades da criança, faz-se necessário considerar o ambiente como um agente influenciador nas relações de criança/adulto e sociedade/criança. Gilda Rizzo (2006) elenca que a finalidade das creches é prestar assistência integral nos cuidados da criança na ausência da família, cuidando de sua segurança física e emocional com a inclusão de todos os cuidados desde segurança, higiene, alimentação, afeto, educação, a organização e funcionamento dos centros educacionais.

Devido ao visível crescimento da demanda de crianças inseridas em instituições de educação infantil no município de Paranaíba/MS, há a necessidade de construção de espaços para atender estes pequenos, desse modo, surgiu a necessidade de conhecer a realidade estrutural dos centros de educação infantil no município e abranger sua relação com o desenvolvimento das crianças englobando desde atividades pedagógicas a atividades livres visto que este trabalho envolve um pensar reflexivo a respeito do espaço escolar num ambiente educativo, que atende à necessidade de exploração de espaço e objetos que as cercam, fator que é muito importante no seu desenvolvimento motor, cognitivo, social e cultural.

Campos e Machado (2004) apontam que a preocupação com a qualidade da Educação Infantil engloba desde a organização dos sistemas educacionais, na medida em que a legislação é respeitada em nível federal, estadual e municipal, como também o conjunto de intenções, ações e interações que definem o projeto pedagógico.

Ao mesmo tempo, a qualidade do atendimento deve estar presente nas práticas dos profissionais de Educação Infantil e na infraestrutura dos prédios escolares, garantindo o direito das crianças de zero a seis anos em oferta de atendimento.

O reconhecimento legal do direito da criança a frequentar uma creche e a expansão da presença da mulher no mercado de trabalho, conseqüentemente, levaram a um acréscimo considerável do número de crianças necessitando do atendimento destas instituições, o que também ocasionou diversas discussões em relação à questão da qualidade deste atendimento, questão que está presente em diversos segmentos educacionais sendo debatida em conferências nacionais e internacionais. Nesse sentido, Campos e Machado (2004, p.54) destacam que: “[...]”

a última década do século XX, o discurso sobre a qualidade da educação ocupou um espaço significativo no debate educacional e informou muitas das políticas implantadas no quadro das reformas educacionais nos diversos países”.

No Brasil, há uma significativa produção de textos e materiais de apoio que apontam para a qualidade na educação infantil que passa do acesso à educação infantil para a preocupação com a permanência das crianças nestas instituições e com isso surge a necessidade de formular documentos que dão suporte ao credenciamento e funcionamento destas instituições com critérios de qualidade de educação para crianças de zero a seis anos, levando em consideração que qualidade é um conceito relativo como elencam Campos e Machado (2004, p.60): “1) a qualidade é um conceito socialmente construído, sujeito a constantes negociações; 2) depende do contexto; 3) baseia-se em direitos, necessidades, demandas, conhecimentos e possibilidades; 4) a definição de critérios de qualidade está constantemente tensionada por essas diferentes perspectivas”.

Assim, para a maioria das crianças, o Centro de Educação Infantil - CEINF é o primeiro ambiente onde passam a conviver com pessoas diferentes dos pais, tais como adultos (professores, monitores, zelador, cozinheiras, diretores e coordenadores, etc.) e também com outras crianças de diferentes idades. Sendo assim, neste momento, elas iniciam seu processo de socialização e adaptação à rotina da creche que, por sua vez, é também diferenciada da rotina familiar a que a criança antes estava acostumada.

Diante da perspectiva de Vigotski (2004), verifica-se que a criança interage com o meio no qual está inserida, portanto necessita desde bebê de espaço que lhe proporcione uma interação plena e segura para o desenvolvimento de suas capacidades.

Na concepção de Vigotski (2004, p.466), o desenvolvimento cognitivo abrange as capacidades mentais “desenvolvimento do pensamento [...] processos como o raciocínio e a compreensão da criança, sua concepção de mundo, a interpretação da casualidade física e o domínio das formas lógicas de pensamento e da lógica de abstração”. Dessa forma, pode-se dizer que é um processo contínuo e que demonstra características de pensamento, como a atenção, a memória, a linguagem, a percepção, a criatividade, a imaginação, dentre outros.

Nesta concepção, dá-se maior ênfase às interações das relações sociais. Elas contribuem na aprendizagem e no desenvolvimento do sujeito. De acordo, com Vigotski (2004, p.63), “o comportamento do homem é formado pelas peculiaridades e condições biológicas e sociais do seu crescimento” e “O desenvolvimento segue a aprendizagem como a sombra segue o objeto que o lança” (VIGOSTKI, 2004, p. 470).

No processo educacional, tanto o docente quanto os discentes são sujeitos que desempenham papéis ativos e significativos, porém o educador não é o mediador central e único na aprendizagem e desenvolvimento da criança. A criança não depende só do que lhe ensinam, “[...] a educação se faz através da própria experiência do aluno, a qual é inteiramente determinada pelo meio, e nesse processo o papel do mestre consiste em organizar a regular o meio [...]” (VIGOSTKI, 2004, p.67). Assim, devemos considerar que cada criança tem sua singularidade e cada uma aprende de maneira diversificada e que o meio social juntamente com os sujeitos e elementos que dele fazem parte irão proporcionar à criança, pela mediação e interação, meios para que seu desenvolvimento aconteça.

“A criança passa efetivamente por muitos estágios de adaptação ao meio social, e as funções do seu comportamento social modificam-se intensamente em face dessa ou daquela fase etária” (VIGOSTKI, 2004, p.278). Na visão de Vigostki, a aprendizagem antecede o desenvolvimento, pois “Na medida em que a criança toma consciência do que faz e de como o faz, as suas funções se tornam voluntárias” (VIGOSTKI, 2004, p.532). Podemos dizer que as crianças aprendem de acordo com suas interações, seja cognitiva ou física.

Na perspectiva Vigotskiana (2004), “Ao internalizar as experiências fornecidas pela cultura, a criança constrói individualmente os modos de ação realizados externamente e aprende a organizar os próprios processos mentais” (REGO, 2008, p.62), logo a criança com suas capacidades e habilidades, a partir das interações sociais proporcionadas por meio de mediadores e experiências individuais com o meio, constrói seu próprio conhecimento, pois “Só aquela relação que ele adquiriu na experiência pessoal permanece efetiva para ele” (VIGOTSKI, 2004, p.63).

Dessa forma, “O processo de educação deve basear-se na atividade pessoal do aluno, e toda a arte do educar deve consistir apenas em orientar e regular essa atividade [...]” (VIGOTSKI, 2004, p.64). Nesse sentido, o papel do educador é ser uma pessoa com mais experiência, sua função é reconhecer as necessidades daquilo que cada criança precisa e mediá-la para que avance em suas habilidades e competências. A função do educador é propiciar um ambiente acolhedor, prazeroso, flexível, rico em múltiplas experiências educativas e sociais para promover o desenvolvimento e a aprendizagem da criança.

Reconhecer o espaço físico como um aliado traz contribuições para se pensar a infância e o desenvolvimento da criança nas relações entre pares. Isso possibilita ao educador uma atuação eficaz como mediador, proporcionando à criança situações intencionais para que ocorra o aprendizado, pois todo educador deve ter essa compreensão, fazendo com que sua prática esteja voltada para as características individuais de cada criança.

O meio social contém uma infinidade dos mais diversos aspectos e elementos “[...] E todo o meio deve ser entendido não como um sistema estatístico, primordial e estável de elementos, mas como um processo dinâmico em desenvolvimento dialético” (VIGOTSKI, 2004, p. 278).

A percepção da criança acerca do espaço e dos objetos a partir de sua manipulação torna possível, por meio da organização das estruturas cognitivas e motoras da criança, o conhecimento dos elementos do espaço no qual está inserida. Esse conhecimento acontece não só quando age diretamente sobre eles, mas também na interação e prática das relações humanas, ou seja, a interação da criança com os objetos e com outros sujeitos passa a ser não apenas uma ação de manipulação ou imitação, mas uma fonte de estímulos para a atividade, com isso a criança passa a encontrar para cada objeto sua significação.

Os aspectos cognitivos também estão diretamente ligados aos esquemas sensoriais do corpo humano que é dotado de cinco sentidos (tato, olfato, audição, visão e o paladar) que possibilitam interagir com o meio exterior tais como pessoas e objetos. São estes sentidos que permitem a interação com o ambiente. Com essas capacidades sensoriais, o nosso corpo é capaz de perceber o que está ao redor nos auxiliando a interagir com o ambiente em que estamos por meio de ações e movimentos como olhar, cheirar, escutar, sugar, segurar. Tais capacidades baseiam-se nas experiências com outros sujeitos e objetos nos meios sociais e culturais.

[...] nessa fase a criança descobre uma série de reações [...] Essa criança brinca, orienta-se no meio e exercita os seus principais órgãos de percepção e movimento. É precisamente nessa fase que se realiza o maior acontecimento na vida da criança: ela aprende a orientar seus movimentos, pela primeira vez coordena a atividade do olho e da mão, estende-se em direção aos objetos situados à sua frente (VIGOTSKI, 2004, p.290-1).

Podemos considerar que as relações da criança com a creche se dão por meio das relações socioculturais e nas experiências das crianças com o meio. Esse meio envolve as relações entre criança/criança, criança/adulto e criança/objeto que favoreçam seu avanço.

A maioria das atividades ocorridas na creche acontece em um ambiente permeado de estruturas, que podem favorecer as competências da criança ou não, por isso a importância de se reconhecer o espaço como um forte influenciador do desenvolvimento da criança. Neste processo, o espaço ideal para o desenvolvimento da criança é aquele que lhe propicia todas as condições para a evolução de suas habilidades e competências sejam biológicas ou sociais.

Em suma, Vigotski (2004) traz relevantes contribuições para a educação no que diz respeito à compreensão do desenvolvimento, observando como se dá a aquisição de conhecimento do ser humano no período da infância. Vigotski não menospreza os fatores biológicos e nem tampouco os fatores sociais, portanto enfatiza a interação do meio sócio

histórico-cultural. Para ele, o desenvolvimento se dá devido à relação e mediação com o meio e, não por estágios pré-estabelecidos, já que nesta concepção, a aprendizagem antecede o desenvolvimento.

De acordo com Rizzo (2006, p.80), o desenvolvimento da criança depende de suas experiências “se positivas e estimulantes essas estarão contribuindo para o seu desenvolvimento. Se negativas poderão estar contribuindo para a existência de bloqueio ou quaisquer dificuldades de aprendizagem”. Assim, a interação da criança com adultos e as outras crianças influencia no desenvolvimento dos pequenos.

Diante disso, Rizzo (2006) propõe instruções de como deve ser a organização, currículo, montagem e funcionamento das creches para receber as crianças. O currículo das atividades pedagógicas deve ser um conjunto de todas as experiências oferecidas para o desenvolvimento pleno da criança, tanto psicológico como físico. A organização da creche deve ser toda pensada e voltada às necessidades das crianças. O trabalho de professor deve ser de estimulador, selecionando as atividades adequadas para o desenvolvimento das crianças. Segundo Rizzo (2006), o profissional não deve ver a criança como um somatório de intelecto e personalidade como partes isoladas, mas sim compreendê-la como um indivíduo completo e integrado em formação de sua personalidade.

A montagem e o funcionamento das creches não devem ser assistencialistas. O ser humano passa por diversas fases desde o nascimento biológico, para atingir relativo nível de autonomia. Os mobiliários devem estar ao alcance das crianças, assim como também livros e brinquedos para que elas possam decidir com o que brincar interagindo e iniciando sua autonomia. Os banheiros, torneiras e lavatórios devem estar em livre acesso para as crianças aprenderem a comer sozinhas, irem ao banheiro, lavar suas mãos, etc.

A interação com a criança estimula o desenvolvimento da inteligência e a sua formação humana. A estimulação é essencial ao desenvolvimento da criança por atuar sobre todas as funções psicomotoras, abrangendo até o desenvolvimento afetivo da criança, como salienta Rizzo (2006). Partindo do pressuposto de que a interação e o desenvolvimento pessoal das crianças e dos adultos que participam desses ambientes educativos são influenciadores, não podemos deixar de destacar que o ambiente extracreche também é um grande mediador para o desenvolvimento das crianças.

Destacamos a importância do espaço físico nos ambientes de educação infantil, pois o ambiente escolar deve ser pensado, organizado, formado e construído de acordo com a faixa etária da criança para que o espaço possa auxiliar o desenvolvimento cognitivo, motor, cultural e social aprimorando sua construção enquanto sujeito.

Para que atividades aconteçam é necessário um lugar adequado. Ao pensar esta questão, percebe-se a importância da brincadeira, do brinquedo nesse sentido o ambiente por onde ocorrem todas as ações da criança e das práticas pedagógicas fica em oculto, pois nas propostas curriculares não estão destacadas a valorização do ambiente ficando este como pano de fundo. Diante desta questão, podemos considerar o ambiente como um elemento do currículo oculto.

Embora não seja propriamente uma teoria, mas exemplifica a relação do ambiente escolar com o ensino e aprendizagem, nas relações interpessoais, assim abordamos o conceito de currículo oculto como “[...] aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes” (SILVA, 1999, p.78).

Dessa forma, podemos compreender o espaço físico como tendo um vínculo aos conteúdos pedagógicos que são passados e aprendidos de forma implícita nas relações interpessoais construídas dentro e fora do ambiente escolar. Aspectos esses implícitos, porém necessários à formação do sujeito crítico. No âmbito escolar, Silva (1999, p.78) destaca alguns elementos do currículo oculto como “[...] características estruturais da sala de aula e da situação de ensino”. Em ambos pode-se exigir uma intervenção pedagógica, pois o que se aprende nesta perspectiva de currículo oculto “são fundamentalmente atitudes, comportamentos, valores e orientações”. Numa perspectiva mais ampla, “a ideia é que uma análise baseada nesse conceito permite nos tornarmos conscientes de alguma coisa que até então estava oculta para nossa consciência” (SILVA, 1999, p. 80).

Logo, observamos que o espaço escolar se torna um elemento fundamental na mediação das atividades pedagógicas ou livres. Com isso, torna-se necessário que os profissionais se conscientizem, valorizem e aproveitem a estrutura que antes, para alguns, permanecia oculta, mas que agora se tornou visível sua funcionalidade para a educação, ou seja, um aliado ao processo do desenvolvimento da criança quanto da prática pedagógica.

Reconhecendo que o ambiente é influenciador para com a criança, percebe-se que o educador não é o único mediador de conhecimento junto à criança. Assim, torna-se necessário destacar a importância do ambiente e analisar como esta temática vem sendo tratada no cotidiano das creches no município de Paranaíba. Esta pesquisa apresentará uma discussão sobre o espaço físico e sua relação com o desenvolvimento pleno da criança e como os docentes concebem esse processo.

Perante o fato de que devem ser pensados a organização do espaço e os materiais na educação infantil, surgiu o problema desta pesquisa: “Como deve ser a estrutura dos CEINF de Paranaíba/MS? A organização destes espaços prioriza e respeita as necessidades das

crianças? Os planejamentos das atividades pedagógicas contemplam este ambiente? De que forma o ambiente adequado e seus elementos influenciam o desenvolvimento e aprendizado da criança?”.

Assim, a importância desta pesquisa está no enfoque dado à criança no momento em que o espaço escolar é elaborado desde a sua arquitetura até a organização deste ambiente pelos educadores de educação infantil. O objetivo geral desta pesquisa é compreender a relação da estrutura CEINFS com o desenvolvimento das crianças.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O percurso metodológico adotado iniciou-se com o levantamento bibliográfico que se utilizou de autores que abordam a temática desta pesquisa, passando por uma revisão bibliográfica de teses e dissertações no banco de dados da CAPES e finalmente partiu-se para a pesquisa de campo, na qual se buscou promover a relação entre a vivência escolar e a interferência do ambiente como elemento importante para as atividades desenvolvidas com as crianças, baseando-se em teóricos que discutem a temática.

A pesquisa foi realizada no ano de 2012, em dois momentos. Primeiro, com a presença da pesquisadora no CEINF no intuito da observação da estrutura física. Num segundo momento, foi aplicado um questionário com questões abertas e fechadas, para buscar compreender a concepção dos educadores acerca da estrutura física do ambiente educacional e como eles classificam esse espaço.

Foi realizada uma consulta individual com os professores para apresentação da pesquisa e nessas conversas, a maioria dos docentes optou pela coleta de dados feita por meio de questionários. Assim, os questionários foram respondidos pelos docentes em conjunto e individualmente conforme cada docente se propôs a fazer.

As questões foram baseadas nos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (Indiquinho) (BRASIL, 2009) tendo foco no subtítulo “Dimensão Espaços, Materiais e Mobiliários”. Com este questionário, almejou-se a relação a respeito da qualidade da estrutura do CEINF e a possibilidade de organização deste espaço, em vista da realidade vivenciada pelos docentes que possibilitam o suporte para que se identifiquem os pontos positivos e negativos da estruturação existente para o desenvolvimento pleno da criança e como se manifestavam a respeito da importância do ambiente na instituição.

Entretanto, as respostas obtidas nos questionários foram objetivas, o que ocasionou a necessidade de procurar novamente alguns docentes que manifestaram disponibilidade para

novas discussões e, assim, foi realizada uma nova coleta de dados por meio de entrevistas informais com estes docentes a fim explicar a discussão e ampliar novos rumos para que fosse possível a complementação das considerações finais deste trabalho.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES DA PESQUISA

A partir dos dados coletados na pesquisa de campo, traçamos uma análise das respostas dos docentes entrevistados para verificarmos como se dá a relação entre a temática apresentada neste trabalho com a vivência da prática dos profissionais entrevistados.

De acordo com os dados coletados, as educadoras, ao serem questionadas se o espaço físico é considerado a fim de contribuir com o desenvolvimento (cognitivo, social, emocional) das crianças, todas relataram que o espaço é importante para as crianças terem condições de autodesenvolvimento visto que ocorre a partir do momento em que as crianças se sentem bem no espaço físico para interagirem com as demais pessoas e com os objetos que estão dispostos na creche de maneira geral.

Portanto, referente à compreensão de espaço físico escolar (CEINF), obtivemos nas falas a consciência que o espaço físico é toda a instituição: as salas de aulas, banheiros, pátios, parque, refeitórios, etc, portanto toda ela deve ser voltada para atender às crianças. Percebemos também que as educadoras possuem a preocupação de oferecer um espaço onde a criança se sinta confortável para aprender, brincar e interagir com os demais sem riscos de serem agredidas pelo desconforto, o que é fundamental para o bem estar da criança. Respostas que estão em consonância com o que afirma Rizzo (2006, p.45): “Creche [...] ambientes especiais de criar crianças, oferecendo a elas tudo de que precisarem para se desenvolverem integral e harmoniosamente, física e psicologicamente, atendendo às suas necessidades físicas, biológicas, sociais, intelectuais e afetivas de forma integrada”.

Quanto à avaliação do espaço, todas as educadoras, sem exceção, apontaram insuficiência do espaço para o quantitativo de crianças e atividades, portanto, este torna-se inadequado, não oferecendo suporte apropriado para as práticas pedagógicas, considerando que este CEINF é um lugar provisório, mas seu funcionamento já perdura há mais de quatro anos, integrando um conjunto de ambientes adaptados que não oferecem condições adequadas para o processo de desenvolvimento das crianças interferindo de maneira complexa nas práticas pedagógicas para com a criança.

Dessa maneira, analisamos que as crianças são privadas, de alguma forma, de conhecimentos que elas próprias poderiam adquirir ao terem acesso a um espaço rico em

possibilidades de conhecimentos autônomos por falta de um pátio ou parque adequado com elementos que promovam tais conhecimentos. Verifica-se no município de Paranaíba/MS a demanda de políticas para promover adaptações no que se refere à adequação de prédios para os CEINF's.

Portando, há uma crítica quanto a esta adaptação, pois o que se verifica na pesquisa é uma insuficiência desse espaço para as práticas pedagógicas o que prejudica interferindo na efetivação de qualidade quanto aos espaços nos CEINF's.

Verificamos o agravante de que metade das educadoras relatou não terem biblioteca ou um espaço adequado para cantinho da leitura equipado adequadamente e com materiais suficientes e, de acordo com a observação da pesquisadora neste CEINF, existe apenas uma grande prateleira na sala dos professores que serve para guardar livros, jogos, revistas, entre outros, ficando destacado que o espaço não comporta tal compartimento e ação de leitura dos alunos, mas, sobre isso, as demais educadoras relataram que para suprir tal necessidade, visto que a leitura é fundamental para a criança, organizam um canto da sala para fazer suas leituras diárias e guardam os respectivos materiais.

Notamos que o CEINF possui móveis firmes e não pontiagudos de modo a não oferecer riscos às crianças, mas sim favorecê-las em seu gradual desenvolvimento. Contudo, as educadoras declararam que não existem objetos e brinquedos de diferentes materiais em quantidade suficiente e adequados às necessidades dos bebês e crianças pequenas, tais como brinquedos para explorar texturas, sons, formas e pesos, morder, andar, puxar, pôr e retirar, empilhar, abrir e fechar, ligar e desligar, encaixar, empurrar, etc. Fator que não favorece a prática pedagógica e dificulta o desenvolvimento dos bebês e crianças pequenas, pois estes necessitam de estímulos.

Para os momentos destinados à organização do espaço e disponibilidade de materiais para as crianças engatinhar, rolar, correr, sentar, subir obstáculos, pular, empurrar, agarrar objetos de diferentes formas e espessuras e assim vivenciarem desafios corporais, relataram que a falta de espaço, como pátio ou parque apropriado, interfere de forma negativa nas práticas dessas educadoras para o bom desempenho das atividades.

Assim, o espaço é inadequado. De modo a não ser considerado como aliado ao educador, mas tornando-se um obstáculo no qual o discente deve contornar diariamente, de tal modo que, as professoras têm que seguir um calendário pré-estabelecido de intercalação entre todas as educadoras para se utilizarem do pátio, o que não torna a aula flexível, em relação à realidade das professoras que uma rotina de intercalação dos espaços abertos tais como pátio,

parque, etc, deixando de desenvolverem atividades que poderiam contribuir para a aprendizagem da criança de maneira autônoma.

O fato de terem de desenvolver atividades de movimento dentro de sala de aula é um fator negativo, pois a sala não possui tamanho suficiente para as brincadeiras, bloqueando o desenvolvimento de diversas atividades necessárias para a criança. O interesse do professor em proporcionar ao aluno aulas diversificadas e lúdicas é de extrema importância e, quanto aos materiais pedagógicos disponíveis, diante da precariedade da instituição, as educadoras confeccionam objetos e brinquedos para suas aulas.

Desse modo, esta estrutura de maneira geral se coloca como agente disciplinador devido a sua falta de estruturação, há necessidade de cumprir um calendário pré-estabelecido no qual não se pode desenvolver atividades no momento oportuno para a criança e desde já proporciona às crianças necessidade de regras, horários, ocupação de espaço, utilização de objetos e brinquedos, etc.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, o que nos motivou a pesquisar a temática foi a necessidade de discutir como a estrutura física e os mobiliários de uma instituição de educação infantil refletem-se nas atividades pedagógicas, tanto as dirigidas como as livres, e de que forma têm influenciado no desenvolvimento das crianças. Para tanto, realizamos uma pesquisa que pode nos direcionar a buscar a compreensão acerca desse problema, ou seja, sobre a influência da infra-estrutura juntamente com o arranjo espacial e seus elementos no ensino e aprendizagem da educação infantil.

Buscamos uma fundamentação teórica para elucidar os questionamentos norteadores da pesquisa e, em meio aos estudos teóricos e a pesquisa de campo com docentes atuantes em instituição infantil, alcançamos como resposta que os docentes ao planejarem suas atividades consideram o espaço e mobiliário das salas ou ambiente externo como elementos importantes para suas práticas e que organizar estes espaços auxilia no bom desempenho das atividades realizadas com as crianças.

No entanto, sobre esses espaços, do ponto de vista das Políticas Públicas, há uma contradição entre o que está presente nos documentos oficiais e o que acontece na realidade. Verificamos o estabelecimento de uma política de adaptações de prédios o que acarreta discussões sobre a deficiência deste espaço prejudicando o desempenho das práticas

pedagógicas e, conseqüentemente, levando a implicações no desenvolvimento das crianças. O que podemos afirmar é que o direito ao atendimento de qualidade não está sendo efetivado.

Apesar de constatar que os espaços da instituição pesquisada não dão suporte para uma sala de aula ampla e diversificada, os docentes e coordenadores driblam esta dificuldade com a organização de espaços pequenos com móveis de fácil mobilização e, nos espaços abertos, como pátio e parque, eles se organizam por horário para atender uma rotina onde todas as crianças tenham acesso a todos os espaços disponíveis estipulando por dias da semana uma intercalação de sala de aulas.

Mediante este fato, podemos verificar que a qualidade da educação infantil está ameaçada, quando verificamos tal situação que disciplina e, muitas vezes, limita a prática pedagógica por meio de um currículo que favorece a centralização do conhecimento científico e permite que elementos fundamentais para a formação humana da criança fiquem à mercê de um currículo oculto, onde o espaço estrutural e seus elementos se encontram como pano de fundo.

É a partir da experiência com o concreto que a criança formula seu conhecimento e para que ocorra a construção do conhecimento da criança se faz necessário um espaço de qualidade, no entanto em documentos normativos se representa o interesse do poder político e social em atingir metas de qualidade para a formação do sujeito apto para uma sociedade, mas na prática a mesma normatização que diz assegurar condições básicas de qualidade para a educação infantil deixa lacunas para que isso de fato não ocorra, uma vez que não há um processo de acompanhamento para a verificação destas instituições deixando responsabilidades para o poder municipal no qual não se encontra efetivamente comprometido para agir diante dessas limitações, permitindo perpetuar-se-á a realidade precária das instituições de atendimento à educação infantil.

Percebemos que estabelecer a maneira como deve ser uma instituição, do ponto de vista da estrutura física, não é viável devido à construção de um CEINF levar em consideração vários aspectos que são relativos para dizer se é de qualidade ou não, como já discutimos no decorrer deste trabalho, porém temos a nítida percepção de que o espaço deve priorizar e respeitar as necessidades das crianças, pois ele é um elemento fundamental na promoção do desenvolvimento da criança.

Portanto, as atividades desenvolvidas com as crianças e os planejamentos das atividades pedagógicas devem mediar o ambiente e sua organização para que eles se tornem aliados do professor em sua prática e, para isso, os educadores e profissionais envolvidos com a educação infantil devem considerar e contemplar a estrutura física e os mobiliários como

elementos auxiliares em seus currículos e práticas pedagógicas para que possam tornar o ambiente em que se encontram seguro, acolhedor, motivador e agradável aos pequenos.

Logo, a estrutura física do ambiente com seus elementos naturais (pedras, árvores, areia, água, etc.) e sua forma de organização com os mobiliários (estante, brinquedos, livros, tapetes, cadeiras, mesas, escorregadores, túneis, casinhas de bonecas, etc.) são considerados importantes auxiliares na formação contínua da criança enquanto sujeito. No entanto, para se chegar ao patamar de qualidade é necessário um conjunto de ações que não cabe somente aos educadores e profissionais atuantes na educação, mas também à sociedade juntamente com o poder municipal para que por meio de projetos das secretarias municipais educacionais e, se for necessário, levar tais projetos a âmbitos estaduais e federais, de modo que fiscalizem e promovam melhorias efetivas nas construções e adaptações destes CEINF's.

Para isso, é necessário que a sociedade tenha consciência do direito e da importância de ter instituições de educação com qualidade e por isso se tornam imprescindíveis discussões coletivas, que visem à crítica acerca da temática para se buscar efetivar, o que hoje é considerada uma utopia, mas no sentido de que ainda pode ser concretizada, a qualidade no atendimento à educação infantil, ou seja, uma evolução real da qualidade educacional brasileira.

Destacamos que apesar das discussões sobre a importância do espaço e de sua organização estarem presentes em documentos oficiais, na prática ainda permanecem como parte oculta do currículo, sendo apenas uma das vertentes que necessitam de reflexão e mudanças no âmbito educacional, sendo considerada assim secundária tanto no campo das políticas quanto da prática docente. Se não houver um nível maior de conscientização juntamente com ações coletivas, sempre haverá escassez de pessoas críticas capazes de atuar para a não perpetuação de um mercado cultural, econômico, social em nível mundial alienador, pois por trás do discurso de “adaptações” e “tempo para se adequar”, anos vão passando e nada vai mudando, ou seja, pensar o espaço voltado para a formação crítica parece inviável.

PHYSICAL SCHOOL SPACE AND CHILD DEVELOPMENT: ESSAY ON THE QUALITY OF CARE IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

ABSTRACT

Early childhood education is a broad theme that is being constantly debated in scientific educational areas. Among these discussions, one aspect that has been showing counterpoints to be observed and discussed is the relationship of the environment of early childhood education with the learning of child from zero to six years old. So, this research presents a discussion on the influence of physical space as the fundamental element in the learning of child in Early Childhood Education Centers-CEINF, as well as its organization in favoring way and the role

of the educator in the spaces provided to the child. Therefore, this study aimed at analyzing how the physical space has been perceived by educators and how they organize the spaces available for the promotion of the full development of the child. Through this observation, this work is based on bibliographic researches, having) as theoreticians Vigotsky (2004) and Rizzo (2006), the field research was carried out through semi-structured questionnaire based on indicators of Quality in Early Childhood Education (BRASIL, 2007). The results were the clear relationship of the environment to promote the full development of the child, and pedagogical practices. However, for various reasons the environments of CEINF searched were not considered suitable, despite the educators organized in order to promote the development of childrens capacities.

Keywords: Spatial organization. Learning. Early Childhood Education.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Indicadores da qualidade na educação infantil**. Brasília: MEC/SEF/DPEF/COEDI, 2009.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm

_____. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm

_____. **PRADIME**: programa de apoio aos dirigentes municipais de Educação. Marcos Legais da Educação Nacional / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. – Brasília, DF: MEC/SEF/, 2007.

CAMPOS, Maria Malta; MACHADO, M. Lucia de A. **Padrões de infra-estrutura para instituições de educação infantil e parâmetros de qualidade para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC, 2004

RIZZO, Gilda. **Creche**: organização, currículo, montagem e funcionamento. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. ISBN 8528607623.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2 ed. Belo Horizonte : Autêntica, 1999.

VIGOTSKI, Lev Semynovich. **Psicologia pedagógica**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Recebido em 24 de novembro de 2015.

Aceito em 18 de abril de 2016.